



TAKEN FOR A RIDE

A questão da mobilidade, o desenvolvimento das cidades, dos países, da cidadania.

PRO 2313 – Engenharia de Sociedade

Comentários gerais

Como pensar o filme de uma maneira mais ampla, inclusive refletindo sobre as possibilidades relacionadas aos diferentes momentos da história recente da humanidade e, mais especificamente o desenvolvimento das cidades, como São Paulo? Para tal é importante considerar:

- as possibilidades deslocamento da população,
- os projetos urbanos,
- os sistemas de transporte, da sua capacidade e possível saturação,
- as necessidades, os desejos e os objetivos dos diferentes atores sociais,
- os jogos de poder intrínsecos que definem o uso do espaço público.

O filme não trata apenas da relação direta entre uma empresa, que na verdade, pode ser liderado um grupo de empresas, e algum tipo de influência nos destinos da sociedade. É importante que esta questão seja analisada sob um ponto de vista



complexo, sobretudo para que se possa evidenciar as diversas relações, como elas são tecidas, como podem influenciar os diversos processos de decisão.

Neste sentido, é importante refletir a respeito das implicações das estratégias empresariais no espaço público e de que maneira os cidadãos, os diferentes sujeitos envolvidos, podem decidir a respeito de suas vidas, seja no âmbito privado ou coletivo.

A influência das empresas e das decisões dos poderes públicos no espaço público deriva de estratégias diferenciadas e que, no final das contas, reflete não apenas os interesses dos grupos, mas também traz no seu bojo uma visão de mundo. A própria conformação urbana, onde se inclui a localização dos diferentes equipamentos públicos, os locais de residência e os locais de trabalho, é definida neste jogo e nas opções influenciadas pelo desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Tudo isto faz parte da política, no sentido amplo do termo, isto é, do agir na “polis”, na “cité” no âmbito da cidadania.

Desta forma, o papel que assumimos como profissionais também deriva de como nos posicionamos frente à aquisição de conhecimentos, das experiências que vivemos, dos valores em que acreditamos e, os desejos de realizarmos algo belo, útil e bom.

As decisões, enquanto cidadãos e profissionais são, portanto, o resultado de um imbricado conjunto de variáveis cujos pesos serão definidos a partir do ponto de vista de cada um, em confrontação com os dos outros sujeitos com os quais nos relacionamos.

Também é importante refletir sobre o alcance das decisões e como as ações consequentes se inscrevem no tempo e no espaço. Podemos agir para aumentar o retorno para a empresa e da instituição onde atuamos. Fica a reflexão sobre como os impactos da ação empresarial podem se inscrever na vida de cada um, na

www.pro.poli.usp.br



sociedade e no meio ambiente e nas condições de trabalho. São reversíveis, se sustentam no longo prazo, trazem impactos para a cultura e para o convívio das pessoas?

Com relação à “demonização” de uma determinada empresa, sempre é bom ser cuidadoso. É de suma importância analisar como foram se desenvolvendo as estratégias das empresas para se avaliar criticamente os seus impactos considerando as externalidades positivas e negativas, tanto naquilo que é tangível como no intangível. Sobretudo, é importante buscar alternativas que permitam o desenvolvimento das sociedades, sempre relacionados ao desenvolvimento econômico, que possam também incluir uma reconversão das empresas, ou até sua extinção, em consonância com interesses mais amplos das comunidades. Como ter mais clareza disto? Como favorecer que diferentes opiniões e interesses influam nas decisões políticas? Pode-se falar em neutralidade das decisões? Podemos dizer que as empresas que manipulam dados e influenciam nos jogos de poder, que definem os serviços públicos e, mesmo o planejamento urbano, estão apenas cumprindo com o seu dever e estão ajudando a desenvolver o país?

Como pensar em sistemas de transporte? Quais variáveis devem ser consideradas e como hierarquizá-las? Como aprimorar um sistema? Para construir é preciso destruir ou é possível melhorar o sistema de transporte? Para qual população, para quantos, a quem interessa a facilidade de locomoção? Como garantir que o transporte seja eficaz e eficiente? Como ajudar a conformar uma cidade onde haja prazer em viver? É possível sonhar e buscar a sua realização? Quem paga? A quem interessa? Como pensar a cidade de maneira a facilitar a inclusão social e o uso efetivo pelos cidadãos do espaço público?

Estas são algumas das questões que constituem os desafios que se colocam quando pensamos no papel da engenharia, principalmente no que diz respeito à quantidade de variáveis em jogo e a priorização de certos aspectos que derivam de debates e decisões políticas.



Alguns temas / comentários / questões - Inspirados nos exercícios entregues e nas discussões em sala de aula:

- Importância da mobilidade para a economia.
- Mobilidade como um direito fundamental – direito de ir e vir.
- Avaliar a mobilidade não apenas como distância e tempo, mas também com relação ao conforto, ao desgaste psíquico e às possibilidades de desenvolver outras atividades enquanto alguém se desloca.
- Como tratar do planejamento urbano com relação às dinâmicas da sociedade – os jogos de interesse, a questão da valorização de certas áreas, a degradação de outras?
- A existência de bolsões na cidade concentradas em uma determinada função (moradia, trabalho, serviços, lazer...) pode criar problemas, pois as pessoas são obrigadas a se deslocar mais que em lugares onde a cidade é modelada e modo misto.
- Dificuldades para desenvolver projetos de transporte devido aos custos, à magnitude, ao tempo que demora para se obter resultados e o tempo “político” – isto é, os interesses eleitorais.
- Há uma dificuldade em contabilizar os custos de um modo mais abrangente, incluindo as externalidades positivas e negativas propiciadas pelos sistemas de transporte vigentes.
- As dificuldades para se desenvolver projetos que sirvam a uma população muito grande e que tenha necessidades distintas.
- Nenhum projeto é perene, mas há intervenções urbanas que deixam marcas quase que indelévels, por isso, deve fazer parte dos projetos uma tentativa de enxergar o que se deseja com relação às cidades e o seu futuro.
- Antecipar os problemas futuros – planejar, discutir, colocar o debate no espaço público.



- A existência de conflitos entre os interesses públicos e privados reforça a importância de haver um estado regulador.
- Discutir as consequências da construção de vias para transporte com relação ao espaço público.
- Qual estratégia é dominante para as definir as decisões empresarias e dos diferentes agentes públicos?
- A questão da mobilidade como um problema político onde há questões técnicas envolvidas.
- O sistema de transporte por ônibus na cidade de São Paulo, hoje em dia, é modulado por contratos de concessão para a iniciativa privada e com uma empresa pública que faz a gestão. Há poucas cidades no Brasil onde ainda há empresas públicas que oferecem diretamente os serviços. Há uma série de questões que precisam ser tratadas, como as exigências com relação ao serviço, o tempo de duração dos contratos, os prazos para a renovação de frota. Outro aspecto a ser tratado está ligado às condições de trabalho dos motoristas, cobradores, fiscais e outros agentes. Há que se pensar nos horários de trabalho, nos conteúdos das tarefas e na organização do trabalho.
- No caso do transporte sobre trilhos, o pouco que existe, é operado tanto por empresas públicas como privadas, há vários projetos de construção e de concessão de exploração baseados em parcerias público-privadas.
- No caso da prestação de serviços, discutir o que fica sob a égide de empresas públicas e o que fica para a iniciativa privada. A constituição de parcerias público-privadas.
- A relação entre os contratos de prestação de serviços de empresas com os poderes públicos e as dificuldades de gerenciamento do sistema.
- A contribuição para o debate com relação a o que acontece em outros países, como na Itália, Japão, França, Espanha, Colômbia, México e Estados Unidos. Há algo que pode sempre ser comparado, principalmente como o automóvel



ganhou espaço nas diferentes sociedades. Isto ocorreu de modo diferente e é interessante conhecer a história em diferentes locais.

- A modulação do espaço público pelos diferentes modais de transporte / mobilidade (a pé, bicicleta, skate, patins, motos, automóveis, taxis, ônibus, bonde, metrô, trem metropolitano, caminhões e utilitários, barco, helicóptero).
- A busca de dados a partir de pesquisas sobre deslocamentos na cidade (origem/destino) para ajudar na detecção de necessidades, na compreensão de problemas e na busca de soluções.
- Tratar dos gargalos no transporte, da baixa confiabilidade de certos modais (ônibus) com relação aos horários – devido a congestionamentos.
- A falta de segurança para pedestres, ciclistas, skatistas, patinadores.
- A questão da segurança nos meios de transporte e no espaço público
- As dificuldades de acesso para pessoas com necessidades especiais.
- A falta de informação mais abrangente para guiar as decisões dos representantes da população.
- A falta de informação para a população, tanto no que diz respeito ao uso do sistema como as mais práticas relacionadas com os horários, as linhas, a integração entre modais.
- Discutir a utilização do transporte aéreo (a malha do transporte aéreo no Brasil), assim como o transporte hidroviário (rios e mar).
- O poder de barganha da população, dos poderes públicos e das empresas.
- As diferentes necessidades com relação ao transporte de pessoas e de mercadorias. A importância do tratamento diferenciado – pessoas não são coisas, não se pode reificar o ser humano e tratá-lo como mercadoria. Isto nos leva a distinguir mobilidade das pessoas do transporte de coisas.
- A qualidade das vias.
- A relação entre a rapidez e o prazer de circular pela cidade.
- A relatividade com relação à noção de conforto.



- A prevalência da cultura do automóvel e a sua exploração como status social, glamour e desejo de ter este tipo de bem – o papel da propaganda para a criação de necessidades e desejos.
- Como são deturpadas certas ideias pela venda do glamour de ter um automóvel sem considerar outras questões correlatas, como o tempo passado em congestionamentos. Como é computado pelas pessoas o tempo de indisponibilidade, isto é, o quanto passamos nos deslocando? Podemos aproveitar este tempo para algo? Repousar, ler, discutir, refletir....
- Considerar a importância de se discutir as possibilidades de manipulação da informação.
- As diferentes necessidades relativas à variabilidade de usuários - sexo, idade, classe social, distância trabalho – residência, acesso a serviços públicos, acesso a lazer, ao estudo, acesso a serviços em geral.
- As diferenças de poder entre as classes sociais.
- Como todos perdem com as dificuldades oriundas de um planejamento que favorece o automóvel em detrimento de outros modais.
- Levar em consideração o problema de direcionar espaços significativos nas cidades para estacionamento de veículos – qual é o impacto?
- As distorções relativas a políticas públicas para incrementar o uso de automóveis, vista a importância da indústria automobilística para o país e a saturação das grandes e médias cidades.
- A pouca eficiência do uso do automóvel – a necessidade de deslocar mais de 1000 quilos para transportar menos de 100 quilos, aproximadamente. Há muitos automóveis utilizados apenas por uma pessoa.
- É viável para uma cidade se todos usarem seus automóveis simultaneamente? O direito à propriedade do automóvel me dá o direito ao uso indiscriminado?
- A flexibilidade no uso de automóvel com relação à rigidez das linhas de transporte público.



- A busca de novas modalidades no uso de automóveis como o compartilhamento entre várias pessoas, o aluguel por horas, como exemplos.
- A relação entre o uso excessivo de combustíveis fósseis e a saúde pública. A poluição atmosférica, sonora e visual oriunda do excesso de veículos.
- A implantação de sistemas de restrição à circulação de automóveis de uso privado em certas partes da cidade e em certos horários.
- Os processos de “conscientização” são pouco eficazes se não houver alternativas e restrições ao uso indiscriminado do automóvel.
- Um dos grandes desafios para a cidadania é de reforçar a responsabilidade de todos, incluindo o poder público, as empresas e os usuários quanto às restrições do espaço público e da necessidade de garantir eficiência, eficácia, acessibilidade e conforto para a mobilidade.
- É importante levar em conta os interesses da maioria, mas não se pode desconsiderar as minorias e seus direitos em uma sociedade. A mobilidade deve ser considerada como um direito, portanto deve ser propiciada a pessoas que tenham necessidades especiais, seja pela idade ou por algum problema de saúde.
- A importância da engenharia para promover o direito e a justiça social e para favorecer os processos de emancipação dos cidadãos. A ideia de maximizar o bem estar coletivo.
- O papel da engenharia com relação a questões técnicas e a participação no debate político, com uma participação a mais ampla possível dos atores sociais.
- O dilema do profissional engenheiro, entre favorecer o interesse da empresa para a qual trabalha e os interesses mais amplos da sociedade. Há contradição? Há conciliação possível?
- A importância de correlacionar diferentes questões nos projetos, incluindo questões ligadas à tecnologia da informação que podem ser muito úteis para a simulação dos sistemas, para a gestão em tempo real e para o uso dos cidadãos.



- A inclusão da questão da qualidade de vida como um critério fundamental, onde a questão da mobilidade entre como um dos pilares.
- O papel social da engenharia é muito significativo, inclusive porque as escolhas são fortemente influenciadas por argumentos técnicos.
- A viabilidade de um sistema não é uma questão técnica, deve ser tratada sob diferentes ângulos. Não se pode esquecer que temos diferentes escolas e pensamentos que modulam as discussões, por exemplo, há muita divergência com relação à viabilidade econômica dos diferentes modais de transporte.
- Para a busca de soluções, há que se constituir bem qual é o problema a ser resolvido, quais são as alternativas e colocar para debate. Não há soluções prontas e definitivas.
- Reforçar o papel da Universidade como polo de pesquisa e de debate público.
- Quais são os critérios que definem o direcionamento dos investimentos com relação ao transporte? O poder daqueles que detém capital para investir? O poder dos poderes públicos? O poder da sociedade civil organizada?
- Dentre as dificuldades para se implantar projetos podemos ressaltar que, em se tratando de um Estado de Direito, não se pode decidir abruptamente com relação à construção de novas vias para transporte, há que se respeitar os trâmites legais que, muitas vezes, são muito demorados.
- A implantação de projetos mais abrangentes é progressiva e deve respeitar certos preceitos que não mudam ao sabor dos ventos, sendo mais perenes. É importante ganhar a confiança da população através da qualidade, da pontualidade, da segurança, do conforto, da facilidade de acesso, da abrangência do serviço, para que o transporte coletivo seja mais procurado, principalmente pelas classes sociais mais altas.
- Como definir os critérios de eficiência econômica baseados em uma perspectiva única que seria o retorno do investimento, pensando nos lucros? Como avaliar o retorno do investimento no âmbito dos benefícios sociais e



econômicos, de modo mais amplo? A mobilidade movimenta a economia, como avaliar?

- O interesse em melhorar a mobilidade não é do cidadão isoladamente, é de toda a sociedade e, em especial de todas as empresas que auferem benefícios com a facilidade para que as pessoas tenham facilidade de acesso e para as mercadorias.
- Aprimorar o debater sobre o transporte público – incluindo o Passe Livre, entre outras questões. Não se trata de uma questão partidária, mas uma questão política em sua essência, que não se deve deixar para um governo ou para outro. Trata-se de algo que deve ser tratado de modo contínuo.
- Um outro aspecto interessante é que não há governos isentos de pressão. O sistema democrático significa que os conflitos de interesse estão em pauta e precisão ser levados em conta. Os governos não são “neutros” e não há parlamento que busque os “interesses difusos” da sociedade de modo desinteressado.
- Qualquer decisão que envolva diferentes interesses causa satisfações e insatisfações, a questão da decisão política é o que deve ser privilegiado. Quais são os critérios que serão adotados? Como trazer mais transparência e credibilidade ao debate e às decisões?
- Não se pode isolar a questão da mobilidade de outras questões relacionadas com diferentes aspectos da vida pública.
- A introdução de conceitos de sustentabilidade para guiar as políticas públicas de mobilidade pode ser interessante e ajudar no debate de como desenvolver os serviços e a infraestrutura.
- Avaliar o papel da indústria automobilística para a economia mundial e, em particular, brasileira. Como deixar a economia menos dependente de um setor?
- O respeito e o desenvolvimento da cidadania passa também por melhorias no arruamento e o calçamento para servir aos pedestres, e melhorias na qualidade do leito de ruas e avenidas para todos os modais de transporte.



- Sempre é difícil fazer inferências relativas ao como seria a cidade e o sistema de transporte se as decisões adotadas fossem de outra natureza, como o favorecimento do transporte público. O que se pode fazer é imaginar a partir de referências de outras cidades e analisar que certas opções podem ser mais adequadas e proveitosas quando pensamos no desenvolvimento da cidadania.
- Lembrar que o espaço das cidades é limitado e que o uso do espaço público deve ser debatido e decidido pela população, tanto a partir de processos participativos como pela ação dos representantes eleitos, que sempre devem deixar claro tanto as suas intenções e filiações, como o que faz e fez enquanto eleito. Há que se considerar a liberdade de ação dos eleitos, principalmente a quem ele “deve” satisfações. Como fica a sua situação se é financiado por interesses empresariais? Como isto se situa no âmbito do debate com relação aos interesses da população e, os das empresas – há congruências, há divergências, há oposição?
- Como transformar a indignação em estudos, pesquisas e ações para transformar a realidade?

Laerte Idal Sznelwar

2015